

Contribuição da Toxisphera e da Fundação Esquel à Presidência da COP 30 sobre o Roteiro para a Transição para Abandonar os Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa

10 de abril de 2026

De acordo com a carta do Presidente da COP 30, que convida as Partes e as organizações observadoras a apresentarem contribuições sobre dois roteiros associados ao Balanço Global, a presente contribuição concentra-se em apresentar sugestões para o Roteiro para a Transição para Abandonar os Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa.

Esta contribuição concentra-se em uma dimensão crítica, mas frequentemente negligenciada, da economia dos combustíveis fósseis: seu uso não energético e não combustível no setor petroquímico, que inclui a produção de plásticos, fibras sintéticas, fertilizantes e outros produtos químicos produzidos a partir de matérias-primas fósseis.

Os produtos petroquímicos são responsáveis por 14% do consumo global de petróleo, 8% do gás natural e 1% do carvão, com um aumento significativo da produção previsto para os próximos anos. Esse aumento é esperado devido à expansão da capacidade global de produção petroquímica e a uma significativa diversificação estrutural da matriz energética.

O uso de petróleo pelo setor petroquímico quase dobrou desde 2000, representando cerca de um quarto da demanda total de petróleo durante esse período, com os plásticos respondendo por aproximadamente 70% do crescimento no uso de petróleo dentro do setor petroquímico. E o setor petroquímico deve crescer ainda mais: de acordo com as projeções atuais, o uso de petróleo na indústria petroquímica representará 30% da demanda global de petróleo em 2050.

No cenário atual, a expansão petroquímica pode limitar os esforços para reduzir os impactos climáticos. A produção de plásticos emite quatro vezes mais gases de efeito estufa do que o setor de aviação, e 75% das emissões ocorrem nas fases iniciais, desde a extração de combustíveis fósseis até a produção de precursores de plástico.

No entanto, os impactos dos plásticos se manifestam ao longo de todo o ciclo de vida, não apenas por meio da emissão de gases de efeito estufa e de seus efeitos sobre as mudanças climáticas, mas também por meio da perda de biodiversidade e da poluição. A título de exemplo, podem ser liberadas mais emissões dependendo da infraestrutura de gestão de resíduos, e as estimativas indicam que 17% dos resíduos plásticos são incinerados, liberando substâncias cancerígenas e tóxicas para a reprodução. E a crescente produção de produtos químicos também representa um risco, com 6 milhões de toneladas de aditivos plásticos produzidos em 2018, e um crescimento de 4% por ano previsto. Além disso, a falta de dados agrava o problema com esses produtos químicos: 25% são considerados preocupantes em termos de seus impactos no meio ambiente e na saúde humana, enquanto 67% dessas substâncias carecem de informações sobre seus impactos.

1 Araceli Fernandez Pales, Peter Levi. The Future of Petrochemicals: Towards more sustainable plastics and fertilisers. Organisation for Economic Co-operation and Development & International Energy Agency. 2018.

https://iea.blob.core.windows.net/assets/bee4ef3a8876-4566-98cf-7a130c013805/The_Future_of_Petrochemicals.pdf.

2 BP PLC. BP Energy Outlook 2025.

<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/energy-outlook/bp-energy-outlook-2025.pdf>.

3 Karali, N.; Khanna, N. & Shah, N. Climate Impacts of Primary Plastic Production. Lawrence Berkeley National Laboratory. 2024. https://eta-publications.lbl.gov/sites/default/files/climate_and_plastic_report_final.pdf

Em um cenário de manutenção do status quo, os subsídios para plásticos atingirão US\$ 80 bilhões em 2024 e devem saltar para US\$ 150 bilhões até 2050, exacerbando as distorções de mercado ao manter os custos dos produtos à base de combustíveis fósseis artificialmente baixos. Essa prática, sem critérios claros ou prazos para a reforma, desestimula o investimento em opções de baixo carbono e perpetua padrões de consumo intensivos em emissões, criando barreiras ao avanço de alternativas sustentáveis. A falta de transparência e de inventários padronizados obscurece esses fluxos financeiros, atrasando a realocação de recursos para uma transição justa alinhada com o limite de 1,5 °C. Em resumo, tais incentivos financiados pelos contribuintes agem como uma barreira fiscal à descarbonização urgente.

Portanto, os plásticos e os produtos petroquímicos não são uma questão secundária; eles são parte estrutural da cadeia dos combustíveis fósseis, com uma previsão de aumento da demanda por petróleo e gás como matérias-primas caso não sejam adotadas medidas regulatórias. No âmbito do tratado global da ONU sobre plásticos, metas regulatórias estão sendo debatidas, como uma redução anual de pelo menos 3% na produção de plástico primário até 2050, o que equivale a uma queda de 70% em relação aos níveis de 2019, para se alinhar com o limite de 1,5 °C. Tais propostas, no entanto, não abordam questões como toxicidade, saúde humana e justiça ambiental.

Recomenda-se a adoção de marcos regulatórios que abranjam todo o ciclo de vida dos plásticos, desde as matérias-primas e aditivos até o uso, coleta e descarte, com ênfase na prevenção, considerando a hierarquia de resíduos. Tais instrumentos devem incorporar compromissos de redução obrigatórios, mecanismos de responsabilidade do produtor e metas de reciclagem alinhadas com critérios de não toxicidade e proteção da saúde.

Entre as medidas que podem ser implementadas, é necessário estabelecer limites máximos para a produção de plásticos, eliminar as substâncias perigosas utilizadas nos plásticos e exigir critérios de design que desincentivem produtos de uso único e aqueles difíceis de reciclar, bem como produtos com obsolescência programada.

É igualmente importante intensificar os esforços para minimizar as emissões e liberações de micro e nanoplásticos em todas as etapas da cadeia de suprimentos, bem como fortalecer esquemas de responsabilidade estendida do produtor que incorporem metas ambiciosas de prevenção e reutilização, além de garantir condições de trabalho dignas para catadores e cooperativas de reciclagem. Os instrumentos jurídicos, financeiros e de infraestrutura devem incentivar alternativas seguras e sustentáveis, incluindo materiais não derivados de combustíveis fósseis, opções não plásticas quando apropriado e sistemas de reutilização não tóxicos e independentes do tipo de material, e não devem financiar tecnologias que comprovadamente causam danos à saúde humana e ao meio ambiente, como a incineração

A relação entre os plásticos e as mudanças climáticas representa um problema sistêmico em escala global que exige uma ação coordenada e holística. É evidente que as metas climáticas não serão alcançadas se o uso de combustíveis fósseis simplesmente passar da geração de energia para o setor petroquímico. Nas condições atuais, a expansão desse setor industrial constitui um obstáculo fundamental para ir além de uma sociedade dependente de combustíveis fósseis.

4 United Nations Environment Program. Beat Plastic Pollution Practical Guide. 2023. <https://wedocs.unep.org/rest/api/core/bitstreams/ba70686e-fa21-494a-9f63-ac0c243b4f52/content>.

5 IHS Markit. Plastics Additives. 2017.

6 WAGNER, M. et al. State of the science on plastic chemicals - Identifying and addressing chemicals and polymers of concern. 2024. <https://zenodo.org/records/10701706>.

7 Plastic money: Turning off the subsidies tap – Phase 3. 2025. <https://eunomia.eco/reports/plastic-money-turning-off-the-subsidies-tap-phase-3/>.

O roteiro deve estar em consonância com a Resolução 5/14 da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5.2), adotada em 2022, sobre a negociação internacional de um tratado global juridicamente vinculativo sobre esta questão. Com base nessa resolução, o Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), então estabelecido, tem o mandato de desenvolver “o instrumento” (tratado) fundamentado “em uma abordagem abrangente que aborde todo o ciclo de vida dos plásticos, incluindo sua produção, design e descarte”. Todo o ciclo de vida dos plásticos tem enormes ligações com o uso de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa.

Sobre as instituições proponentes:

Associação Toxisphera de Saúde Ambiental

A Toxisphera Associação de Saúde Ambiental é uma organização da sociedade civil brasileira sem fins lucrativos fundada em 2010. Nosso principal objetivo é promover a transparência, a participação e a implementação de políticas públicas e acordos multilaterais que tenham impacto sobre a saúde humana e o meio ambiente. Trabalhamos para empoderar e mobilizar grupos sociais, bem como promover abordagens participativas e medidas adequadas para garantir a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento, enfatizando a ciência como base para a gestão ambientalmente responsável de produtos químicos e seus resíduos. Também nos empenhamos em conservar e restaurar um ambiente ecologicamente equilibrado.

Com a missão de promover ambientes saudáveis e equilibrados, buscamos um maior envolvimento inclusivo de diversos setores, tais como sindicatos, defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, especialistas técnicos e jurídicos, bem como cientistas.

A Toxisphera mantém parcerias e faz parte de várias redes e alianças, tanto em nível global — como a IPEN, GAIA, ZMWG, CLIC e Break Free From Plastic (BFFP) — quanto no Brasil, como membro do FBOMS — Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Desenvolvimento e o Meio Ambiente, RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental, FONASCH, Coalizão pela Vida sem Plásticos e outras iniciativas sociais e redes relacionadas. Membro da CONASQ (Comissão Nacional de Segurança Química) desde 2010, é uma das três organizações da sociedade civil — no setor ambiental — eleitas para integrar o mandato de março de 2024 a junho de 2026.

<https://toxisphera.org/sobre-nos/>

Fundação Grupo Esquel Brasi

A Fundação Grupo Esquel Brasil, criada formalmente em 1989, tem como missão apoiar e desenvolver soluções para uma nova sociedade plenamente democrática, solidária e socioambientalmente sustentável, produzindo e divulgando conhecimento e informações estratégicas, além de oferecer cooperação técnica e política ao trabalho de organizações da sociedade civil e projetos comunitários com tecnologias sociais inovadoras.

O trabalho da Fundação Esquel está organizado em torno de três temas principais em escala nacional e global: (1) questões socioambientais, abordando a luta contra a desertificação, as mudanças climáticas, a governança e a integração de políticas ambientais; (2) questões socioeconômicas, com foco no combate à pobreza; e (3) maior participação da sociedade civil organizada na promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: socioambiental, socioeconômica, política e defesa dos direitos humanos.

O programa da Fundação Esquel na área da sustentabilidade ambiental inclui atividades e objetivos voltados para o enfrentamento das crises ambientais — mudanças climáticas, poluição, desertificação e perda de biodiversidade —, ao mesmo tempo em que defende os valores dos direitos humanos e da justiça social, por meio de advocacy em políticas públicas, engajamento com organizações da sociedade civil e implementação de projetos específicos. A Fundação Esquel, membro da Coordenação do FBOMS — Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável —, participa de diversos espaços e fóruns de advocacy de políticas no campo do combate às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade e representa o FBOMS no CONAMA. A Esquel desempenha um papel de destaque no Movimento Escazú Brasil e em seu Comitê Diretor, trabalhando para mobilizar apoio à adoção, divulgação e implementação do Acordo de Escazú. A Esquel atua no combate à poluição ambiental e, desde 2023, é uma das três organizações da sociedade civil — no setor ambiental — eleitas para integrar a CONASQ (Comissão Nacional de Segurança Química) para o mandato de março de 2024 a junho de 2026.

www.esquel.org.br